

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

### SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI Nº 260, DE 2006

“Propõe criação do Cadastro Integrado de Registros Públicos para emissão de certidões.”

**Autor:** CONSELHO DE DEFESA SOCIAL  
DE ESTRELA DO SUL -  
CONDESESUL

**Relator:** Deputado SÍLVIO LOPES

## I - RELATÓRIO

Trata-se de sugestão de projeto de lei enviada pelo **CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL - CONDESESUL**.

Consta dos autos declaração da secretaria da Comissão de Legislação Participativa, no sentido de que a documentação especificada nas alíneas “a” e “b” do respectivo Regimento Interno, em relação ao Conselho, autor da sugestão, encontra-se regularizada.

A proposição sugerida pretende criar o Cadastro Integrado de Registros Públicos, o qual desenvolveria, também, sistemas informatizados e padronizados para emissão de certidões.

De acordo com a justificação, a proposição “aumentaria a efetividade dos registros públicos, bem como agilizaria eventuais benefícios ao cidadão e o acesso à documentação”.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Em que pese a justa preocupação do Autor da presente sugestão com a melhoria na prestação dos serviços notariais e de registro, não cremos que a mesma deva prosperar.

A proposição não deixa claro em que consistiria o “Cadastro Integrado de Registros Públicos”, remetendo ao Poder Executivo a regulamentação do seu funcionamento – postura que não deve constar de um projeto de lei, por inconstitucionalidade, conforme já decidiu a douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa.

O que existe a respeito, hoje, é o “**Cadastro Nacional de Serventias Públicas e Privadas do Brasil**”, disponibilizado pelo Ministério da Justiça, em seu sítio na *internet*, no qual se pode aferir a regularidade da delegação notarial.

A par disso, cumpre sublinhar que, a respeito da matéria em tela, existem a Lei nº 8.935/94, regulamentando o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, e a Lei nº 10.169/00, regulamentando o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

No art. 45 da referida Lei nº 8.935/94 encontra-se a seguinte disposição:

*“Art. 45. São gratuitos os assentos do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva.*

*Parágrafo único. Para os reconhecidamente pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões a que se refere este artigo.”*

À luz do exposto, e por considerar que a proposição em comento não se prestaria ao aperfeiçoamento da legislação brasileira, votamos pela rejeição da Sugestão de Projeto de Lei nº 260, de 2006.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado SÍLVIO LOPES  
Relator